

ANTHONY KENNY



UMA NOVA HISTÓRIA
DA FILOSOFIA OCIDENTAL

volume I

FILOSOFIA ANTIGA

Tradução
Carlos Alberto Bárbaro

Revisão Técnica
Marcelo Perine



Introdução

Por que alguém deveria estudar a história da filosofia? Há muitas razões, mas todas convergem para dois grupos: filosóficas e históricas. Podemos estudar os grandes filósofos mortos com a finalidade de jogar luz sobre os temas de investigação filosófica do presente. Ou, antes, podemos acalantar o desejo de compreender os povos e sociedades do passado, lendo sua filosofia para apreender o ambiente conceitual em que pensaram e agiram. Podemos ler os filósofos de outras eras em busca de auxílio para a análise de problemas filosóficos de permanente importância, ou para penetrar de forma mais completa no mundo intelectual de uma época que findou.

Nesta história da filosofia, das origens ao presente, espero desenvolver esses dois objetivos, mas de modos diversos e em diferentes partes da obra, como tentarei deixar claro nesta Introdução. Mas antes de delinear uma estratégia para escrever a história da filosofia deve-se parar para refletir sobre a natureza da filosofia em si. A palavra “filosofia” significa diferentes coisas em diferentes oradores, e, de modo correlato, “a história da filosofia” pode ser interpretada de diversos modos. O que ela significa depende do que determinado historiador considera essencial para a filosofia.

Isso se aplica a Aristóteles, que foi o primeiro historiador da filosofia, e a Hegel, que esperava ser o último, já que julgava estar conduzindo a filosofia à perfeição. Os dois possuíam diferentes visões a respeito da natureza

da filosofia, no entanto partilhavam a mesma concepção de progresso filosófico, a saber, que no curso da história os problemas filosóficos tornam-se mais claramente definidos, podendo ser respondidos cada vez com maior exatidão. Tanto o Aristóteles do primeiro livro da *Metafísica* como o Hegel das *Preleções sobre a história da filosofia* encaravam os ensinamentos dos primeiros filósofos que eles mencionam como estágios na direção de uma visão que a cada um deles caberia expor.

Somente um pensador provido de suprema confiança em si como filósofo poderia escrever sua história de tal maneira. A tentação para a maioria dos historiadores da filosofia é encarar a filosofia não como algo que culmine em suas próprias obras, mas, em vez disso, como um progresso gradativo no rumo de qualquer que seja o sistema filosófico que esteja na moda na ocasião. Deve-se no entanto resistir a tal tentação. Não existe força que assegure o progresso filosófico em qualquer direção programada.

Na verdade, pode-se mesmo argumentar se a filosofia progride afinal. Alguns afirmam que os maiores problemas filosóficos continuam a ser debatidos após séculos de discussão, sem que estejam sequer próximos de qualquer solução definitiva. No século XX, o filósofo Ludwig Wittgenstein escreveu:

Ouve-se sempre alguém afirmar que a filosofia não evoluiu e que ainda hoje estamos às voltas com os mesmos problemas que já preocupavam os gregos. Mas os que fazem essa afirmação não compreendem o porquê de ser assim. A razão é que nossa linguagem permaneceu a mesma e sempre nos apresenta as mesmas questões. [...] Leio que "filósofos não estão mais próximos do sentido da 'realidade' do que esteve Platão". Que coisa extraordinária! Quão notável que Platão pudesse ter progredido tanto! Ou que não tivéssemos sido capazes de ir além! Será isso porque Platão fosse *tão* mais esperto? (MS 213/424)

A diferença entre aquilo que poderíamos denominar a posição aristotélica e a posição wittgensteiniana quanto ao progresso em filosofia está relacionada a duas diferentes visões da filosofia em si. A filosofia pode ser encarada tanto como uma ciência quanto como uma arte. A filosofia é, de fato, singularmente difícil de classificar, assemelhando-se tanto às artes quanto às ciências.

A filosofia parece ser uma ciência porque o filósofo está em busca da verdade. Aparentemente são feitas descobertas na filosofia, e o filósofo, à semelhança do cientista, partilha a excitação de pertencer a uma contínua,

cooperativa e cumulativa empreitada intelectual. Se é assim, o filósofo precisa estar familiarizado com os escritos atuais e a par das discussões mais elevadas. De acordo com essa visão, nós, filósofos do século XXI, temos uma vantagem sobre os praticantes anteriores da disciplina. Apoiamo-nos, sem dúvida, nos ombros de outros e grandes filósofos, mas situamo-nos acima deles. Nós aposentamos Platão e Kant.

Nas artes, porém, as obras clássicas não ficam datadas. Se quisermos aprender física ou química, e não a história dessas disciplinas, não leremos hoje nem Newton nem Faraday. Mas, ao lermos as obras de Homero e Shakespeare, o fazemos não apenas para aprender algo sobre as coisas singulares que passavam pela cabeça das pessoas nos distantes dias há muito passados. O mesmo, pode-se bem argumentar, é verdadeiro quanto à filosofia. Não é meramente com o espírito de uma curiosidade de antiquário que lemos Aristóteles hoje em dia. A filosofia é essencialmente o trabalho do gênio individual, e Kant não supera Platão mais do que Shakespeare supera Homero.

Há verdade em cada uma dessas explicações, mas nenhuma delas é totalmente verdadeira ou apresenta toda a verdade. A filosofia não é uma ciência, e não há ponto de culminância nela. A filosofia não é uma questão de expandir o conhecimento, de aquisição de novas verdades sobre o mundo. O filósofo não se encontra em posse de informações que são negadas a outros. A filosofia não trata do conhecimento, mas do entendimento, vale dizer, de organizar o que se conhece. Mas por ser a filosofia tão abrangente, tão universalista em seu campo, a organização do conhecimento que ela exige é tão difícil que somente gênios podem realizá-la. Para aqueles de nós que não são gênios, o único modo pelo qual podemos esperar chegar a lidar com a filosofia é aproximando-nos da mente de algum grande filósofo do passado.

Embora a filosofia não seja uma ciência, ela partilhou uma íntima relação com as ciências por toda a sua história. Muitas disciplinas que faziam parte da filosofia na Antiguidade ou na Idade Média tornaram-se desde então ciências independentes. Uma disciplina permanece filosófica enquanto seus conceitos permanecem não esclarecidos e seus métodos controversos. Talvez nenhum conceito científico seja na verdade totalmente esclarecido e não haja métodos científicos que sejam de fato totalmente livres de controvérsia: se é assim, há sempre um elemento filosófico que permanece em toda ciência. Mas, uma vez que os problemas podem ser postos de forma não-problemática, no momento em que os conceitos são

universalmente padronizados, e quando um consenso resulta como uma metodologia de solução, então temos uma ciência estabelecendo-se de forma independente, em vez de um ramo da filosofia.

A filosofia, denominada em certa ocasião “rainha das ciências”, e também sua “aia”, talvez seja mais bem pensada como o útero, ou a parteira, das ciências. Mas a verdade é que as ciências procedem da filosofia não tanto como de um parto, mas como resultado de uma fissão. Dois exemplos, entre muitos outros, podem ajudar a ilustrar isso.

No século XVII, os filósofos muito se ocuparam em pensar o problema sobre quais de nossas idéias seriam inatas e quais seriam adquiridas. Esse problema se dividia em dois, um psicológico (“O que devemos à hereditariedade e o que devemos ao ambiente?”), outro pertencente à teoria do conhecimento (“Quanto de nosso conhecimento depende da experiência e quanto independe dela?”). A primeira questão foi repassada à psicologia científica. A segunda permaneceu filosófica, mas dividiu-se em várias questões, uma das quais foi: “É a matemática uma mera extensão da lógica, ou é ela um corpo de verdades independente?”. À questão sobre se a matemática poderia ser derivada da lógica pura foi dada uma resposta precisa pelo trabalho dos lógicos e matemáticos do século XX. A resposta foi matemática, não filosófica. Assim, temos aqui uma primeira, e confusa, questão filosófica, a qual se ramificou em duas direções — rumo à psicologia e rumo à matemática, restando na interseção um resíduo filosófico a ser esmiuçado, relativo à natureza das proposições matemáticas.

Um exemplo antigo é ainda mais complicado. Um ramo da filosofia ao qual Aristóteles concedeu lugar de honra é a “teologia”. Ao lermos nos dias de hoje o que ele dizia, a disciplina parece ser uma mistura de astronomia e filosofia da religião. Cristãos e muçulmanos aristotélicos adicionaram a ela elementos retirados dos ensinamentos de seus respectivos livros sagrados. Foi quando Tomás de Aquino, no século XIII, estabeleceu uma aguda distinção entre teologia natural e teologia revelada que teve lugar a primeira importante fissão, removendo da agenda filosófica os apelos à revelação. Levou mais tempo para que a astrologia e a teologia natural se separassem uma da outra. Este exemplo demonstra que aquilo que pode ser expelido da filosofia não precisa necessariamente ser uma ciência, mas pode ser uma disciplina das humanidades, como os estudos bíblicos. Além disso, mostra que a história da filosofia contém exemplos tanto de fusão como de fissão.

A filosofia assemelha-se às artes por relacionar-se de forma significativa a um cânone. Um filósofo situa os problemas a ser abordados relati-

vamente a uma série de textos clássicos. Por não possuir nenhum tipo de assunto específico, mas tão-somente métodos característicos, a filosofia é definida como uma disciplina a partir das atividades de seus grandes praticantes. As primeiras pessoas a quem reconhecemos como filósofos, os pré-socráticos, foram também cientistas, e muitos deles também foram líderes religiosos. Eles ainda não pensavam em si mesmos como pertencendo a uma mesma profissão, a qual nós, filósofos do século XXI, professamos continuar. Foi Platão, em seus escritos, o primeiro a fazer uso da palavra “filosofia” em um sentido aproximado de nosso uso moderno. Aqueles de nós que hoje nos autodenominamos filósofos podemos de forma legítima afirmar ser os herdeiros de Platão e Aristóteles. Mas somos apenas uma pequena subdivisão de seus herdeiros. O que nos distingue dos outros herdeiros dos grandes gregos, e nos faz merecedores de herdar seu nome, é que, à diferença dos físicos, dos astrônomos, dos médicos e dos lingüistas, nós filósofos perseguimos as metas de Platão e Aristóteles utilizando-nos apenas dos mesmos métodos que já se encontravam à disposição deles.

Se a filosofia situa-se em algum lugar entre as ciências e as artes, qual é a resposta à pergunta “Há progresso na filosofia?”.

Há os que pensam que a maior tarefa da filosofia é curar-nos da confusão intelectual. Segundo esse modesto ponto de vista sobre o papel do filósofo, os objetivos a ser abordados diferem ao longo da história, uma vez que cada período precisa de uma diferente forma de terapia. Os nós em que a mente indisciplinada enreda a si mesma mudam de época para época e impõem-se diferentes movimentos para desatá-los. Uma doença predominante em nossa própria era, por exemplo, é a tentação de pensar a mente como um computador, de modo símile aos que, em épocas anteriores, foram tentados a pensá-la como uma conversa por telefone, um órgão de pedal, um homúnculo ou um espírito. Males de épocas anteriores podem estar adormecidos, como a crença de que as estrelas fossem seres vivos, ou podem retornar, como a crença de que as estrelas podem capacitar alguém a prever o comportamento humano.

Todavia, a visão terapêutica da filosofia pode dar a impressão de permitir apenas uma variação com o passar do tempo, e não um progresso legítimo, o que não é necessariamente verdadeiro. Uma confusão mental pode ser esclarecida de maneira tão satisfatória por um filósofo que não mais atraia o pensador desavisado. Um exemplo ilustrativo de tal caso será objeto de detalhada consideração neste primeiro volume de nossa história. Parmênides, o fundador da disciplina ontologia (a ciência do ser), baseou

muito de seu sistema em uma confusão sistemática quanto aos diferentes sentidos do verbo “ser”. Platão, em um de seus diálogos, ordenou os tópicos de modo tão bem-sucedido que nunca mais houve uma justificação para os embaralhar novamente. Na verdade, o que é agora necessário é um grande esforço de imaginação filosófica para compreender o que, afinal de contas, exatamente induziu Parmênides à confusão.

Um progresso desse tipo passa com freqüência despercebido em razão exatamente de seu próprio sucesso, pois tão logo um problema filosófico é resolvido ninguém mais o considera um assunto da filosofia. É como a traição no epigrama: “A traição não deve prosperar, e qual a razão? / É que tão logo prospera ninguém mais ousa chamá-la de traição”.

A forma mais visível de progresso filosófico é a do progresso ocorrido na análise filosófica. A filosofia não progride fazendo adições regulares a uma soma de informação, pois, como já se disse, o que a filosofia oferece não é informação, mas entendimento. Os filósofos contemporâneos, naturalmente, sabem algumas coisas que os grandes filósofos do passado desconheciam; as coisas que eles sabem, porém, não são temas da filosofia, mas verdades que foram descobertas pelas ciências produzidas pela filosofia. Mas há também algumas coisas que os filósofos da atualidade compreendem que mesmo os maiores filósofos de gerações anteriores foram incapazes de entender. Por exemplo, os filósofos esclarecem a linguagem ao distinguir os diferentes significados das palavras: tão logo uma distinção seja feita, os filósofos do futuro terão de levá-la em consideração em suas deliberações.

Tome-se como ilustração o tópico do livre-arbítrio. Em certo momento da história da filosofia foi estabelecida uma distinção entre dois tipos de liberdade humana: liberdade da indiferença (ou a capacidade de fazer de outro modo) e liberdade da espontaneidade (a capacidade de fazer o que se queira). Uma vez feita essa distinção, a questão “Os seres humanos desfrutam de livre-arbítrio?” tem de ser respondida de um modo que a tome em consideração. Mesmo quem acredite que os dois tipos de liberdade sejam coincidentes tem de fornecer argumentos que o demonstrem, e não pode simplesmente ignorar a distinção e esperar ser levado a sério nesse assunto.

Não surpreende assim, dada a relação da filosofia a um cânone, que uma notável forma de progresso filosófico consista em confrontar, e interpretar, o pensamento dos grandes filósofos do passado. As grandes obras do passado não perdem sua importância para a filosofia — mas suas contri-

buições intelectuais não são petrificadas. Cada época interpreta e aplica os clássicos filosóficos a seus próprios problemas e aspirações. Isso se tornou mais identificável, em anos recentes, no campo da ética. As obras sobre ética de Platão e Aristóteles são tão influentes para o pensamento moral de nossos dias quanto as de quaisquer moralistas do século XX — o que se pode comprovar com facilidade pela consulta a qualquer índice remissivo —, mas são interpretadas e aplicadas de modos um tanto diferentes daqueles com que foram aplicadas no passado. Essas novas interpretações e aplicações contribuem de fato para um avanço legítimo em nosso entendimento de Platão e Aristóteles, mas é claro que é um entendimento de um tipo diverso daquele que é dado por um novo estudo da cronologia dos diálogos de Platão ou a partir de uma comparação estatística do estilo¹ presente nas várias obras éticas de Aristóteles. A nova luz que recebemos assemelha-se antes à apreciação destacada que podemos ter de Shakespeare ao assistir a uma nova e inteligente montagem de *Rei Lear*.

O historiador da filosofia, quer tenha a filosofia ou a história como objeto primeiro de seu interesse, tem de ser filósofo e historiador. Um historiador da pintura não precisa ser um pintor; um historiador da medicina não precisa, *qua* historiador, exercer a profissão. Mas um historiador da filosofia não pode evitar a prática da filosofia na própria escrita de sua história. Não se trata simplesmente de que alguém que não souber filosofia será um péssimo historiador da filosofia, pois é verdade também que alguém que não tiver o mínimo talento para a cozinha será um péssimo historiador da arte de cozinhar. A ligação entre a filosofia e a história é de um tipo muito mais próximo. O trabalho histórico em si força os historiadores da filosofia a parafrasear as opiniões dos sujeitos de sua pesquisa, a oferecer razões pelas quais os pensadores do passado mantiveram as opiniões que possuíam, a especular sobre as premissas mantidas implícitas em seus argumentos e a avaliar a coerência e a força das inferências que conceberam. Ocorre que o fornecimento de razões para conclusões filosóficas, a identificação de premissas ocultas em argumentos filosóficos e a avaliação lógica de inferências filosóficas são em si mesmas atividades filosóficas íntegras. Em decorrência, qualquer história séria da filosofia deve ser em si uma prática tanto de filosofia como de história.

1. No original, *stylometry*, que não pôde ser aqui traduzida como “estilometria”, palavra já incorporada ao vernáculo português, mas pertencente ao ramo da arquitetura, descrevendo a “arte de medir colunas”. O *Oxford English Dictionary* define a *stylometry* como “a técnica de proceder a análises estatísticas de um estilo literário, especialmente com a utilização de um computador”. (N.T.)

Por outro lado, o historiador da filosofia deve possuir um conhecimento do contexto histórico no qual os filósofos do passado escreveram suas obras. Quando explicamos as ações históricas, estamos indagando a respeito das razões de seus agentes; se encontramos uma boa razão, julgamos ter entendido sua ação. Se concluímos que não possuíam uma boa razão, mesmo em seus próprios termos, temos de encontrar uma outra explicação, que seja mais complexa. O que se aplica à ação se aplica também ao ponto de vista filosófico. Se o historiador da filosofia encontra uma boa razão para uma doutrina de um filósofo do passado, então seu trabalho está completo. Mas, se concluir que o filósofo do passado não possuía uma boa razão, terá um trabalho adicional mais difícil: explicar a doutrina em termos do contexto no qual ela surgiu — e talvez tanto social como intelectualmente².

História e filosofia estão fortemente ligadas até mesmo na busca direta por iluminação filosófica original. Nos tempos modernos isso foi ilustrado de forma brilhante pela obra-prima do grande filósofo alemão Gottlob Frege, *Os fundamentos da aritmética*. Quase metade deste livro é dedicada à discussão e à refutação das visões de outros filósofos e matemáticos. Enquanto discute as opiniões de outros, Frege providencia para que algumas de suas próprias percepções sejam insinuadas com mestria, o que facilita a apresentação de sua própria teoria. Mas o principal objetivo de sua extensa polêmica é convencer os leitores da seriedade dos problemas para os quais ele irá posteriormente oferecer soluções. Sem tal preâmbulo, ele afirma, estaríamos privados do primeiro pré-requisito para o aprendizado de qualquer coisa: o conhecimento de nossa própria ignorância.

Muitas histórias da filosofia, nesta era de especialização, são obras de vários autores, especialistas em diferentes campos e períodos. Ao convidar-me a escrever, sozinho, uma história da filosofia de Tales a Derrida, a Oxford University Press expressou a crença de que há algo a ganhar ao se apresentar a evolução da filosofia de um ponto de vista particular, unindo as filosofias antiga, medieval, pré-moderna e contemporânea em uma narrativa única atenta à forma com que seus temas se conectam. A obra consistirá de quatro volumes. Este primeiro abrange os séculos do início da filosofia até a conversão de santo Agostinho, em 387 d.C. O segundo continua a história, indo de Agostinho até o Concílio de Latrão (1512-1517). O terceiro

2. A magnitude dessa tarefa foi bem exposta por Michael FARRER na introdução de seus *Essays in Ancient Philosophy*, Oxford, Clarendon Press, 1987.

termina com a publicação do *Manifesto comunista*, em 1848. O quarto e último volume encerra a narrativa com o final do segundo milênio.

Obviamente não posso alegar ser um especialista em todos os muitos filósofos que discutiremos nos volumes desta obra. Contudo, publiquei livros sobre os personagens de maior destaque em cada um dos períodos abordados nos quatro volumes: sobre Aristóteles (*The Aristotelian Ethics e Aristotle on the Perfect Life*); sobre Aquino (*Aquinas on Mind e Aquinas on Being*); sobre Descartes (*Descartes: A Study of his Philosophy e Descartes: Philosophical Letters*); e sobre Frege e Wittgenstein (*Frege e Wittgenstein*, como títulos da coleção *Introductions* da Penguin inglesa, e *The Legacy of Wittgenstein*). Espero que o trabalho exigido para a escrita destes livros tenha me fornecido a percepção quanto ao estilo filosófico dessas quatro diferentes demarcações da história da filosofia, pois com certeza forneceu-me um entendimento a respeito da importância perene de certos problemas e percepções filosóficos.

Espero escrever minha história de um modo que atenda aos pontos que considere nesta Introdução. Não partilho qualquer ilusão liberal quanto a considerar o estado atual da filosofia como representativo do mais alto ponto da empreitada filosófica já atingido. Ao contrário, meu objetivo primordial ao escrever este livro é demonstrar que, sob diversos aspectos, a filosofia dos grandes filósofos mortos não prescreveu, e que hoje se pode obter iluminação filosófica a partir de uma cuidadosa leitura das grandes obras que tivemos o privilégio de herdar.

O núcleo de qualquer tipo de historiografia da filosofia é a exegese, a leitura atenta e a interpretação dos textos filosóficos. A exegese pode ser de dois tipos: interior ou exterior. Na exegese interior, o intérprete busca tornar o texto coerente e consistente, fazendo uso do princípio da caridade aplicado à interpretação. Na exegese exterior, o intérprete busca revelar a importância do texto por intermédio de sua comparação e seu contraste com outros textos.

A exegese pode construir a base de dois objetivos históricos bem diversos, os quais descrevi no início desta Introdução. Em um deles, que podemos denominar filosofia histórica, o objetivo é chegar a uma verdade ou entendimento filosófico a respeito da matéria em discussão no texto. De modo típico, a filosofia histórica busca as razões, ou a justificação, por trás das afirmações feitas no texto sob escrutínio. Quanto ao outro objetivo, a história das idéias, a meta não é chegar à verdade sobre a matéria em discussão, mas alcançar o entendimento sobre uma pessoa, sobre uma época

ou sobre uma sucessão histórica. O historiador das idéias, tipicamente, investiga não tanto as razões quanto as fontes, as causas ou os motivos para que tenha sido dito o que foi dito no texto abordado.

As duas disciplinas se baseiam na exegese, mas entre ambas a história das idéias é a mais fortemente ligada às questões concernentes à precisão e à sensibilidade na leitura do texto. É possível ser um bom filósofo e ser um exegeta de poucos recursos. No início de suas *Investigações filosóficas*, Wittgenstein apresenta uma discussão sobre a teoria da linguagem de santo Agostinho. O que ele escreve é uma exegese muito questionável, mas que não empana a força de sua crítica filosófica da teoria da linguagem agostiniana. Ocorre que Wittgenstein não se vê empenhado com determinada filosofia histórica mais do que se vê envolvido com a história das idéias. A invocação do grande Agostinho como o autor de uma teoria equivocada foi concebida meramente para indicar que o erro em questão é do tipo que vale a pena atacar.

Em diferentes histórias da filosofia, os talentos do historiador e os do filósofo são exercidos em diferentes proporções. A devida proporção varia de acordo com o objetivo do trabalho e do campo da filosofia em questão. A busca de compreensão da história e a busca de iluminação filosófica são aproximações legítimas tanto da história como da filosofia, mas as duas apresentam seus perigos. Historiadores que estudam a história do pensamento sem estar eles próprios às voltas com os problemas filosóficos abordados pelos filósofos do passado tendem a pecar por superficialidade. Filósofos que lêem textos antigos, medievais ou pré-contemporâneos sem o conhecimento do contexto histórico em que foram escritos tendem por seu turno a pecar por anacronismo. Raro é o historiador ou filósofo que pode se deslocar com firmeza sem cair em uma ou outra armadilha.

Cada um desses erros pode anular o objetivo da empreitada. O historiador que não está a par dos problemas filosóficos que atormentaram os escritores do passado não pode entender de fato de que modo eles puderam conduzir seu pensamento. O filósofo que ignora o cabedal histórico dos clássicos do passado não ganhará nova luz a respeito dos tópicos que hoje a nós dizem respeito, mas irá apenas apresentar preconceitos contemporâneos de forma fantasiosa.

Os dois perigos abundam em diferentes proporções e nas diferentes áreas da história da filosofia. Na área da metafísica, deve-se atentar para o perigo da superficialidade: para alguém desprovido de interesse pessoal em problemas filosóficos fundamentais, os sistemas dos grandes pensado-

res do passado parecerão apenas engenhosa insânia. Na filosofia política, o perigo maior é o de anacronismo: quando lemos as críticas de Platão ou Aristóteles à democracia, não seremos capazes de decifrá-las a não ser que saibamos algo acerca das instituições da Atenas da Antiguidade. Entre a metafísica e a filosofia política situam-se a ética e a filosofia da mente: e aqui ambos os perigos ameaçam com força igualmente rude.

Buscarei nestes volumes ser tanto um filósofo historiador quanto um historiador filósofo. Histórias de múltiplos autores são algumas vezes estruturadas cronologicamente, outras vezes tematicamente. Tentarei combinar as duas abordagens, oferecendo em cada volume primeiro um levantamento cronológico, e então um tratamento temático de determinados tópicos filosóficos de importância perene. O leitor cujo primeiro interesse for histórico se concentrará no levantamento cronológico, reportando-se, quando necessário, às seções temáticas para aprofundamento. O leitor mais preocupado com as questões filosóficas irá se concentrar preferencialmente nas seções temáticas dos volumes, reportando-se aos levantamentos cronológicos para contextualizar determinados assuntos.

Assim, neste primeiro volume ofereço na primeira parte um passeio cronológico convencional de Pitágoras a Agostinho, e na segunda parte um tratamento mais detalhado dos tópicos em que acredito termos ainda muito a aprender com nossos predecessores da Grécia clássica e da Roma imperial. Os tópicos dessas seções temáticas foram escolhidos parcialmente tendo em mente o desenvolvimento dos mesmos temas nos volumes que virão em seguida.

O público visado por mim é aquele que se encontra no segundo ou no terceiro ano da graduação. Sei, no entanto, que muitos dos que possuem um interesse pela história da filosofia podem estar cursando disciplinas que não sejam primariamente filosóficas. Em consideração a estes, esforçar-me-ei em não esperar familiaridade com técnicas ou terminologias da filosofia contemporânea. Desejo também escrever de modo claro e fluido o suficiente para que esta história possa ser apreciada por aqueles que a lerem não por obrigação curricular, mas por prazer e para sua própria iluminação.